

## FEDERAÇÃO REGIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DE VISEU

Exmo Presidente da Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado Abel Baptista

Em conformidade com a Petição nº 392/XII/3ª vem a Federação Regional das Associações de Pais de Viseu com o presente documento, tornar pública a sua posição em defesa da Escola Pública.

Considera esta Federação Regional das Associações de Pais de Viseu, a única organização federativa que representa todas as estruturas organizativas do distrito de Viseu que a degradação progressiva do sistema público de ensino em Portugal tem levado ao desmantelamento de uma Escola Pública de Qualidade.

Entende a Frapviseu que é ao Estado que compete a criação de condições que garantam uma escola pública, gratuita, inclusiva e de qualidade e uma educação para todos, conforme o assegurado na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo e por acordos internacionais subscritos pelo Estado Português, nomeadamente, a Declaração de Salamanca, devendo para tal garantir um reforço dos meios humanos e materiais indispensáveis à concretização deste desiderato.

Entende esta organização que é necessário valorizar e reforçar, neste enquadramento, o papel fundamental que desempenha cada um dos membros da comunidade educativa: os professores, os auxiliares de ação educativa, os encarregados de educação e os estudantes.

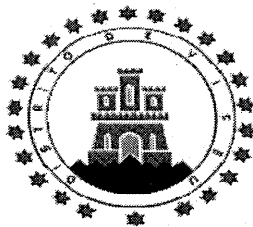
Como Pais, temos conhecimento da realidade da rede de escolas públicas e pugnamos para que esta possua os recursos materiais e humanos que garantam um ensino que dê resposta às necessidades locais. No entanto, assistimos à implementação de medidas que colocam em risco este objetivo e que visam o apoio a escolas privadas. O financiamento do setor privado constitui concorrência direta às escolas públicas, levando a um progressivo e lento empobrecimento destas e a uma duplicação desnecessária da despesa do Estado.

Deixamos aqui clara a nossa posição de que defendemos uma escola que queremos estruturada em torno de uma escolaridade obrigatória alargada, de um ensino de qualidade, inclusivo e de natureza universal e de um ensino profissional e artístico digno.

Mas estes princípios básicos que defendemos têm vindo a sofrer graves ataques, nomeadamente, no que se refere ao subfinanciamento do sistema público de ensino e transportes escolares. Por outro lado, as sucessivas medidas de natureza curricular e a legislação avulsa, longe de contribuírem para a qualidade educativa, têm potenciado a elitização da educação e, por arrasto, beneficiado o setor privado.

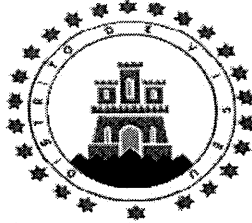
Como exemplo disso mesmo temos:

- sucessivas revisões curriculares, que não contribuem para a estabilidade do sistema e não têm permitido uma avaliação ponderada dos seus impactos nos processos de aprendizagem e na organização do sistema educativo;
- a redução da componente prática em várias disciplinas, negligenciando as áreas das expressões e da educação física, opções tomadas à luz de critérios pouco claros ou até mesmo economicistas;



- o aumento do número de alunos por turma, quando uma redução é que iria permitir um trabalho mais próximo de cada aluno;
- a valorização excessiva dos exames na avaliação final, em detrimento da avaliação contínua, numa insistência em provas eliminatórias que podem contribuir, em alguns casos, para o insucesso e abandono escolar;
- a desvalorização da importância da educação especial, nomeadamente no que se refere à inclusão e ao direito à educação dos alunos com necessidades educativas especiais;
- a redução do número de assistentes operacionais e técnicos nas escolas, que impede o seu normal funcionamento e coloca, por vezes, em risco a segurança e bem estar dos alunos no espaço escolar;
- a necessidade de modernização e requalificação da globalidade dos edifícios em que assenta o sistema público educativo, fator determinante na qualidade e equidade no serviço educativo, evitando-se a situação atual de extremo contraste entre escolas com excelentes instalações e outras com instalações extremamente degradadas;
- o não reconhecimento da importância de consulta dos órgãos representativos dos pais e encarregados de educação na definição e execução das políticas educativas;
- a desresponsabilização do Estado em matéria de financiamento da escola pública, que conduz a um progressivo e sistemático subfinanciamento dos estabelecimentos de ensino, que se debatem com crescentes dificuldades em assegurar as condições mínimas para um funcionamento digno;
- as alterações que têm vindo a ser introduzidas ao modelo de gestão, direção e administração escolar, que visam consolidar um processo que desvaloriza os órgãos colegiais em benefício de órgãos pessoais e que desvaloriza a função pedagógica na gestão escolar, pondo ainda em causa a representatividade dos diferentes agentes educativos nos órgãos de gestão das escolas.
- o encerramento, desde 2002, de mais de 6500 escolas públicas, preparando-se o encerramento de mais 439, no próximo ano letivo, quando, paradoxalmente, assistimos ao aumento de licenciamentos para novos colégios privados, financiados pelo Estado, numa lógica de promoção encapotada da privatização do sistema público de ensino, em detrimento do necessário investimento nas escolas públicas. Encerramento este que provoca a deslocação de milhares de alunos, exigindo-lhes viagens longas, alguns alunos chegam a realizar duas horas de autocarro por dia, por vias em elevado estado de degradação.

De facto, enquanto as escolas públicas passam por muitas dificuldades, devido ao seu crónico subfinanciamento, o governo português insiste no financiamento, sem precedentes, da escola privada. O que nos leva a exigir o fim de uma política de claro apoio do ministério da Educação e Ciência ao subsistema privado. Porque sabemos que, se este tipo de política continuar, passaremos a ter uma escola pública fragilizada, incapaz de assegurar um ensino de qualidade e com uma formação desadequada face às necessidades dos alunos. Teremos um sistema público de educação que não respeita as realidades concretas do país nem atende a objetivos fundamentais de desenvolvimento social e económico das regiões, contribuindo para o agravamento da assimetria litoral – interior. Teremos um país em que os pais e alunos sem recursos económicos para transitarem para o subsistema privado de educação verão agravado o fosso económico e social que os separa daqueles que o podem fazer.



Por isso defendemos a importância da Escola Pública, recusando prosseguir um caminho que assenta apenas em preocupações economicistas e que retira os alunos e os pais do centro da discussão.

Defendemos a importância da Escola Pública porque, para a Frapviseu, a educação tem que ser encarada como um investimento social no futuro do país, permitindo preparar cidadãos qualificados, intervenientes, críticos e construtores ativos da democracia. Para atingir este objetivo estratégico, é preciso valorizar e dignificar os profissionais da Educação e envolver e reforçar, de forma efetiva, o papel dos pais e das famílias dos alunos, que são a base em que assenta o sistema educativo.

O distrito de Viseu é um distrito que possui uma oferta pública maior que a procura, por isso a Frapviseu não entende que se possa estar a manter e aumentar o número de lugares nas escolas privadas.

Atentamente

Viseu, 23 de Junho de 2014

Rui Martins, Presidente do Conselho Executivo da Frapviseu

FEDERAÇÃO REGIONAL DE ASSOCIAÇÕES  
DE PAIS VISEU  
APARTADO 094 / 3511-909 VISEU